

Responda às questões 1 a 6 com base no seguinte texto:

A uma légua, pouco mais ou menos, da antiga vila de Tamanduá, na província de Minas Gerais, e a pouca distância da estrada que vai para a vizinha vila da Formiga, via-se, há de haver quarenta anos, uma pequena e pobre casa, mas alva, risonha e nova. Uma porta e duas janelinhas formavam toda a sua frente. Um estreito caminho, partindo da porta da casa, cortava o vargado e ia atravessar o capão e o córrego, por uma pontezinha de madeira, fechada do outro lado por uma tronqueira de varas. Junto à ponte, de um lado e outro do caminho, viam-se duas corpulentas paineiras, cujos galhos, entrelaçando-se no ar, formavam uma arcada de verdura, à entrada do campo onde pastava o gado. Era uma bela tarde de janeiro. Dois meninos brincavam à sombra das paineiras: um rapazinho de doze a treze anos e uma menina, que parecia ser pouco mais nova do que ele. A menina era morena; de olhos grandes, negros e cheios de vivacidade, de corpo esbelto e flexível como o pendão da imbaúba. O rapaz era alvo, de cabelos castanhos, de olhar meigo e plácido e em sua fisionomia como em todo o seu ser transluziam indícios de uma índole pacata, doce e branda. A menina, sentada sobre a relva, despencava um molho de flores silvestres de que estava fabricando um ramallete, enquanto seu companheiro, atracando-se como um macaco aos galhos das paineiras, balouçava-se no ar, fazia mil passes e piruetas para diverti-la. Perto deles, espalhados no vargado, umas três ou quatro vacas e mais algumas reses estavam tosando tranquilamente o fresco e viçoso capim. O sol, que já não se via no céu, tocava com uma luz de ouro os topos abaulados dos altos espigões; uma aragem quase imperceptível mal rumorejava pelas abas do capão e esvoaçava por aquelas baixadas cheias de sombra.

Autor: Bernardo Guimarães. Trecho extraído da obra **O Seminarista**.

1. Relativamente à descrição do ambiente, leia as assertivas:

- I. O autor utiliza uma linguagem descritiva detalhada para pintar uma imagem vívida do local onde a história se desenrola.
- II. O leitor pode facilmente visualizar a pequena casa, o caminho, as paineiras e o campo com gado.

Pode-se afirmar que:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) As assertivas I e II estão incorretas.
- c) As assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas a assertiva II está correta.

2. O autor do texto se utiliza de alguns elementos literários para a descrição do ambiente e dos personagens. Nesse sentido, analise os seguintes excertos e assinale a alternativa correta:

- I. **via-se [...] uma pequena e pobre casa, mas alva, risonha e nova.**
 - II. **A menina era [...] flexível como o pendão da imbaúba.**
- a) Na assertiva I tem-se uma metonímia; na assertiva II tem-se uma metáfora.
 - b) Na assertiva I tem-se um eufemismo; na assertiva II tem-se uma hipérbole.
 - c) Na assertiva I tem-se uma personificação; na assertiva II tem-se uma metáfora.
 - d) Na assertiva I tem-se uma personificação; na assertiva II tem-se uma comparação.

3. Pronomes são palavras que substituem ou acompanham os substantivos, indicando as pessoas do discurso. Sabendo disso, os pronomes **cujos** e **aquelas** são classificados, respectivamente, como:

- a) Pronome pessoal; pronome demonstrativo.
- b) Pronome relativo; pronome demonstrativo.
- c) Pronome possessivo; pronome indefinido.
- d) Pronome indefinido; pronome pessoal reto.

4. Considerando as classes de palavras, na frase **uma aragem quase imperceptível**, tem-se qual sequência morfológica?

- a) Numeral – substantivo – pronome – adjetivo.
- b) Artigo – substantivo – advérbio – adjetivo.
- c) Artigo – adjetivo – advérbio – verbo.
- d) Numeral – adjetivo – conjunção – substantivo.

5. Com base em aspectos gramaticais, analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

- I. Os verbos **formavam** e **transluziam** estão conjugados no mesmo tempo e modo verbal: o pretérito imperfeito do indicativo.
 - II. A expressão **Junto à** consiste em uma locução conjuntiva, e recebe crase sempre que for seguida por um termo feminino. Portanto, a frase **Junto à ponte**, com crase, está correta.
 - III. As palavras **imbaúba**, **Tamanduá** e **plácido** são representantes das paroxítonas, oxítonas e proparoxítonas, respectivamente.
- a) As assertivas I e III estão corretas.
 - b) As assertivas I e II estão corretas.
 - c) As assertivas I, II e III estão corretas.
 - d) As assertivas II e III estão corretas.

6. Os verbos apresentam flexão em voz. As vozes do verbo indicam se o sujeito gramatical é o agente ou o paciente da ação verbal, ou seja, se pratica ou se sofre a ação. Nesse sentido, a frase **“viam-se duas corpulentas paineiras”** está na:

- a) Voz passiva sintética.
- b) Voz ativa.
- c) Voz reflexiva.
- d) Voz passiva analítica.

7. O Microsoft Excel é uma ferramenta amplamente utilizada para criar planilhas eletrônicas. Qual dos seguintes elementos no Excel é usado para realizar cálculos matemáticos e lógicos com base nos dados inseridos na planilha?

- a) Formatação condicional.
- b) Fórmulas.
- c) Comentários.
- d) Gráficos.

8. O armazenamento de dados é fundamental em informática. Qual dos seguintes dispositivos de armazenamento é não volátil e geralmente possui capacidade de armazenamento de dados significativa?

- a) Memória RAM.
- b) Monitor de computador.
- c) Pen drive (USB).
- d) Disco rígido (HDD).

9. No Microsoft Excel, qual função é usada para encontrar o valor máximo em um intervalo de células?
- MÁXIMO.
 - SOMA.
 - MÍNIMO.
 - MÉDIA.
10. Em uma progressão aritmética em que o primeiro termo é 15 e a razão é 7, o valor do elemento 10 é:
- 62
 - 69
 - 83
 - 78
11. Uma aplicação de \$2.500,00 é realizada no regime dos juros compostos pelo período de 24 meses. Qual será o valor dos juros gerados a taxa de 4% ao ano?
- \$ 200,00
 - \$ 187,62
 - \$ 204,00
 - \$ 208,14
12. Qual é a taxa de juros equivalente anual a 5% ao bimestre no regime dos juros simples?
- 34,0094% a.a.
 - 28,5369% a.a.
 - 30,0000% a.a.
 - 60,0000% a.a.
13. É usado para descrever o comportamento de uma função à medida que o seu argumento se aproxima de um determinado valor, assim como o comportamento de uma sequência de números reais, à medida que o índice (da sequência) vai crescendo, ou seja, tende para infinito.
- Derivada.
 - Integral.
 - Limite.
 - Derivada Parcial.
14. O que significa o Z valor utilizado para o cálculo de áreas em uma curva de distribuição normal?
- O número de unidades de desvio padrão de afastamento de um valor aleatório em relação à média.
 - O número de unidades de variância de um valor aleatório em relação à média.
 - A diferença entre a média e o desvio padrão de um valor aleatório em relação à mediana.
 - A relação entre a média e o desvio padrão de um valor aleatório expressa em porcentagem.
15. Quanto é 15% de 80%?
- 0,012
 - 0,12
 - 1,2
 - 12
16. O direito ambiental brasileiro é regido por princípios fundamentais. Esses princípios foram criados para dar legitimidade jurídica ao estado para a criação de políticas públicas voltadas à proteção ambiental e para ordenar a construção normativa ambiental internacional, nacional e regional.
- São princípios do direito ambiental brasileiro **EXCETO**:
- Princípio da Prevenção: determina que medidas preventivas devem ser tomadas para evitar danos ambientais.
 - Princípio da Prioridade Absoluta: estabelece que a proteção ambiental para as gerações futuras deve ser considerada como prioridade em todas as políticas públicas.
 - Princípio do Poluidor-Pagador: estabelece que o poluidor deve arcar com os custos da reparação do dano ambiental causado.
 - Princípio da Precaução: estabelece que, mesmo na ausência de certeza científica, medidas preventivas devem ser tomadas para evitar danos ambientais.
17. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Gaspar, a Procuradoria-Geral do Município é órgão essencial à Administração Pública Municipal, vinculada diretamente ao Prefeito Municipal, sendo orientada pelos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público. Nela são elencadas as atribuições. É correto afirmar que compete à Procuradoria-Geral do Município:
- Acompanhar o processo legislativo municipal e atos normativos.
 - Representar judicialmente o município.
 - Gerenciar as finanças do município.
 - Realizar a inscrição e cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa.
- A alternativa correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.

18. Os remédios constitucionais são instrumentos jurídicos previstos na Constituição Federal, para proteger direitos e interesses individuais e fundamentais e impedir ou corrigir ilegalidades ou abuso de poder provenientes de autoridades. Desta forma, eles são vistos como meios de proteção quando o Estado não cumpre sua obrigação e não garante os direitos fundamentais dos cidadãos. Quanto ao mandado de injunção podemos afirmar:

- I. O mandado de injunção é um instrumento jurídico que visa garantir a efetividade dos direitos fundamentais subjetivos previstos na Constituição Federal.
- II. O mandado de injunção pode ser impetrado em face de qualquer autoridade pública, seja ela federal, estadual ou municipal.
- III. O mandado de injunção pode ser impetrado por qualquer pessoa física ou jurídica que se sinta prejudicada pela falta de norma regulamentadora.
- IV. O mandado de injunção é um instrumento jurídico que visa garantir a efetividade dos direitos fundamentais objetivos previstos na Constituição Federal.

Estão corretas as alternativas:

- a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

19. O Estatuto da Cidade é a lei federal brasileira que estabelece as diretrizes gerais da política urbana, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Estabelece normas de ordem pública e de interesse social acerca do uso da propriedade urbana, visando o bem coletivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos, assim como o equilíbrio ambiental. O Estatuto prevê diversos instrumentos para a execução da política urbana, qual das seguintes afirmações é falsa em relação ao Estatuto da Cidade?

- a) Decorridos dois anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- b) O Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e de interesse social acerca do uso da propriedade urbana, visando o bem coletivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos, assim como o equilíbrio ambiental.
- c) O Plano Diretor é um instrumento instituído pelo Estatuto da Cidade e fornece diretrizes para o desenvolvimento dos municípios, devendo ser revisto a cada legislatura.
- d) O Estatuto da Cidade prevê diversos instrumentos para a execução da política urbana, como a Operação Urbana Consorciada.

20. Quanto aos atos administrativos:

Qual é a definição de um ato administrativo?

- A) Um ato jurídico que é diferente dos que emanam do Legislativo e do Judiciário.
- B) Um ato jurídico que é igual aos que emanam do Legislativo e do Judiciário.
- C) Um ato jurídico que é diferente dos que emanam apenas do Legislativo.
- D) Um ato jurídico que é diferente dos que emanam apenas do Judiciário.

Quais são os elementos de um ato administrativo?

- A) Objeto, forma e conteúdo.
- B) Objeto, forma e finalidade.
- C) Objeto, conteúdo e finalidade.
- D) Forma, conteúdo e finalidade.

O que é perfeição de um ato administrativo?

- A) É quando o ato produz todos os seus efeitos.
- B) É quando o ato é publicado no Diário Oficial.
- C) É quando o ato é assinado pela autoridade competente.
- D) É quando o ato esgotou todas as fases necessárias à sua produção.

Qual é o regime jurídico dos atos administrativos?

- A) Regime de direito privado.
- B) Regime de direito público.
- C) Regime de direito civil.
- D) Regime de direito penal.

O que é vinculação em um ato administrativo?

- A) É a possibilidade de a Administração Pública escolher entre várias opções para a prática do ato.
- B) É a obrigação da Administração Pública de seguir as regras estabelecidas em lei para a prática do ato.
- C) É a possibilidade de a Administração Pública escolher entre várias opções para a prática do ato, desde que respeitados os limites legais.
- D) É a possibilidade de a Administração Pública escolher entre várias opções para a prática do ato, sem qualquer limitação legal.

Estão corretas respectivamente as respostas:

- a) A, B, D, D e B.
- b) A, D, D, B e B.
- c) D, D, C, A e C.
- d) B, D, A, B e C.

21. A procuradoria municipal se rege pelo princípio da indisponibilidade do interesse público que é um princípio que diz respeito a como os agentes públicos de modo geral devem atuar. Qual das alternativas corresponde às afirmações corretas ou incorretas em relação ao princípio da indisponibilidade do interesse público?

- I. O princípio da indisponibilidade do interesse público é um princípio explícito.
- II. Os agentes públicos não devem atuar conforme seus interesses particulares, e sim de acordo com o interesse coletivo.
- III. O princípio da indisponibilidade do interesse público relativiza como os agentes públicos devem aplicar os princípios da administração pública.
- IV. O princípio da indisponibilidade do interesse público é um dos princípios administrativos que estão constitucionalizados na Constituição Federal de 1988.

Estão corretas as alternativas:

- a) Apenas as assertivas I e III são incorretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

22. A Lei nº 14.133/2021, que entrou em vigor em abril de 2021, prevê modalidades de licitação:

- I. Concorrência: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, ao longo do processo, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- II. Concurso: é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial.
- III. Diálogo Competitivo: é a modalidade de licitação em que a Administração Pública dialoga com licitantes previamente selecionados por meio de critérios objetivos, com o objetivo de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades e objetivos.
- IV. Leilão: é a modalidade de licitação entre interessados convidados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração Pública ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19 da Lei nº 8.666/93.
- V. Pregão: é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances sucessivos em sessão pública.

Os conceitos expressos nas seguintes letras estão corretos:

- a) III, IV e V apenas.
- b) I, III e V apenas.
- c) II, IV e V apenas.
- d) I, II e IV apenas.

23. As fontes do Direito são os meios pelos quais as normas jurídicas são criadas. Elas podem ser classificadas em fontes históricas, materiais e formais. As fontes históricas são conjuntos de fatos ou elementos das modernas instituições jurídicas, como a época, local e as razões que determinaram a sua formação. As fontes materiais do Direito são todas as autoridades, pessoas, grupos e situações que influenciam na criação do direito em determinada sociedade. Já as fontes formais do Direito são os processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória. Elas podem ser subdivididas em diretas e indiretas. As fontes formais diretas incluem a lei e os precedentes, enquanto as fontes formais indiretas incluem a analogia, os costumes, os princípios gerais do Direito, a doutrina, a jurisprudência, a equidade, os negócios jurídicos e os brocardos jurídicos. No Direito Administrativo qual dessas fontes **NÃO** é admitida:

- a) Os princípios gerais do Direito são valores fundamentais que orientam a criação e aplicação das normas jurídicas.
- b) A analogia é utilizada quando não há norma específica para o caso concreto.
- c) Os costumes são práticas reiteradas e aceitas pela sociedade como obrigatórias.
- d) A equidade é uma fonte secundária, que pode ser utilizada para suprir lacunas na lei.

24. A petição inicial é uma das peças mais importantes em um processo judicial. É por meio dela que o autor levará a sua demanda para a análise de um juiz, apresentando os fatos e as leis que fundamentam seu pedido. O Art. 330 do CPC estabelece que a petição inicial será indeferida quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico, da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão ou contiver pedidos incompatíveis entre si. Ele estabelece as hipóteses de indeferimento da petição inicial, que são:

- I. A parte for manifestamente ilegítima.
- II. O autor carecer de interesse processual.
- III. Contiver múltiplos pedidos compatíveis entre si
- IV. Faltar pedido ou causa de pedir.
- V. A petição inicial será indeferida quando for incompleta.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II e III apenas.
- b) II, IV e V apenas.
- c) III, IV e V apenas.
- d) I, II e IV apenas.

25. O processo de execução é um procedimento judicial que tem como objetivo a satisfação de uma obrigação devida pelo devedor. Existem diversas espécies de execução, cada uma com suas particularidades. Abaixo algumas espécies:

- I. Execução em geral: é a espécie de execução que se aplica a títulos executivos judiciais, ou seja, aqueles que foram emitidos pelo próprio Poder Judiciário.
- II. Execução fiscal: é a espécie de execução que se aplica a títulos executivos fiscais, ou seja, aqueles que foram emitidos por entidades públicas com poder fiscalizatório.
- III. Execução contra a Fazenda Pública: é a espécie de execução que se aplica a títulos executivos emitidos contra entidades particulares.
- IV. Execução por quantia certa contra devedor insolvente: é a espécie de execução que se aplica quando o devedor possui bens suficientes para quitar sua dívida.
- V. Remição: é uma forma de extinção da dívida em que o próprio devedor paga o valor da dívida sem os encargos legais.

Estão corretos os seguintes conceitos expressos nos itens:

- a) I, II e III apenas.
- b) I, IV e V apenas.
- c) II, IV e V apenas.
- d) II, III e IV apenas.

26. A competência em matéria ambiental é definida pela Constituição Federal do Brasil. O artigo 24 da Constituição estabelece que a competência para legislar é da União, Estados e Distrito Federal. Cada esfera executiva pode dentro de sua competência determinar quais serão os órgãos responsáveis pelo planejamento e execução de políticas necessárias ao desenvolvimento sustentável. No entanto, existem situações de competências exclusiva e concorrente para legislar em matéria ambiental.

- I. União e Estados têm competência concorrente para legislar sobre águas, energia, jazidas, minas e demais recursos minerais, indígenas e atividades nucleares.
- II. Os Estados têm competência exclusiva para legislar sobre questões como a criação de unidades de conservação e proteção da fauna e flora.
- III. A proteção do meio ambiente é uma competência comum entre União, Estados e Distrito Federal.
- IV. Os municípios possuem competência para legislar somente suplementar a legislação federal e estadual.
- V. Em relação à matéria ambiental, os municípios podem legislar sobre questões que atendam peculiaridades municipais e interesse local.

Estão corretas as competências apresentadas nos seguintes itens:

- a) II, IV e V apenas.
- b) III, IV e V apenas.
- c) I, II e III apenas.
- d) II, III e V apenas.

27. Os princípios constitucionais tributários são regras básicas que ocupam posição de destaque no ordenamento jurídico e, por sua grande generalidade, vinculam o entendimento e boa aplicação dos mandamentos constitucionais. Eles existem para a proteção do cidadão contra possíveis abusos de poder. Os princípios norteadores encontram-se positivados nos artigos 150 e seguintes da Constituição Federal. Alguns dos principais princípios constitucionais tributários são:

- I. O princípio da anterioridade é um dos princípios constitucionais tributários que estabelece que a lei tributária não pode retroagir para prejudicar o contribuinte.
- II. Princípio da legalidade: O Estado só pode exigir tributos se houver uma lei que os institua.
- III. Princípio da isonomia: Todos os contribuintes devem ser tributados igualmente.
- IV. Princípio da vedação ao confisco: É proibido ao Estado confiscar bens ou rendas dos contribuintes em virtude de tributo.
- V. Princípio da capacidade contributiva: O valor do tributo deve ser proporcional à capacidade econômica do contribuinte.

Estão corretos os seguintes princípios tributários expressos nos itens:

- a) II, III, IV e V apenas.
- b) I, II, IV e V apenas.
- c) I, III, IV e V apenas.
- d) I, II, III e IV apenas.

28. Existem diversas modalidades de contratos de trabalho no Brasil. De acordo com a legislação trabalhista brasileira temos:

- I. O contrato de trabalho por prazo determinado é aquele que tem data para começar e terminar.
- II. O contrato de trabalho por prazo indeterminado não tem data para terminar.
- III. Contrato de experiência é uma modalidade de contrato por prazo determinado que tem como objetivo avaliar as habilidades do empregado em um período curto de tempo
- IV. Teletrabalho é uma modalidade de trabalho que permite ao empregado trabalhar remotamente, sem precisar estar fisicamente presente no local da empresa.
- V. O intermitente é uma modalidade de contrato que permite ao empregador convocar o empregado para trabalhar em dias e horários alternados, conforme a necessidade da empresa sem vínculo empregatício.

Estão corretos os seguintes modelos de contrato de trabalho expressos nos itens:

- a) I, II, III e IV apenas.
- b) I, III, IV e V apenas.
- c) II, III, IV e V apenas.
- d) I e II apenas.

29. Os principais meios judiciais de proteção ambiental são a ação civil pública, o mandado de segurança coletivo, a ação popular, a desapropriação e o tombamento.

- I. A ação civil pública é uma medida judicial que visa proteger o meio ambiente, o patrimônio cultural e os consumidores.
- II. O mandado de segurança coletivo é uma ação judicial que visa proteger direitos líquidos e certos, individuais ou coletivos, relacionados ao meio ambiente.
- III. A ação popular é uma medida judicial que visa proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos.
- IV. A desapropriação é uma medida administrativa ou judicial que visa proteger áreas de interesse ambiental.
- V. O tombamento é uma medida administrativa ou judicial que visa proteger bens culturais e naturais

Estão corretos os conceitos das seguintes ações:

- a) I, III, IV e V apenas.
- b) I, II e IV apenas.
- c) II, III, IV e V apenas.
- d) I, II, III e IV apenas.

30. O Direito do Trabalho é um ramo do Direito que tem como objetivo regular as relações entre empregadores e empregados. Dentre os princípios fundamentais que norteiam a aplicação do Direito do Trabalho estão:

- I. Princípio da Proteção: O Direito do Trabalho tem como objetivo proteger o trabalhador, que é considerado a parte mais frágil da relação trabalhista.
- II. Princípio da Primazia da Realidade: A realidade dos fatos deve prevalecer sobre o que foi acordado em contrato.
- III. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego: O contrato de trabalho deve ser mantido, salvo em casos de justa causa ou acordo entre as partes.
- IV. Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos: O trabalhador não pode renunciar aos seus direitos trabalhistas salvo acordo entre as partes.
- V. Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva: As condições contratuais não podem ser alteradas de forma prejudicial ao trabalhador.

São admissíveis no processo trabalhista as seguintes ações:

- a) I, III, IV e V apenas.
- b) II, III, IV e V apenas.
- c) I, II, III e IV apenas.
- d) I, II, III e V apenas.